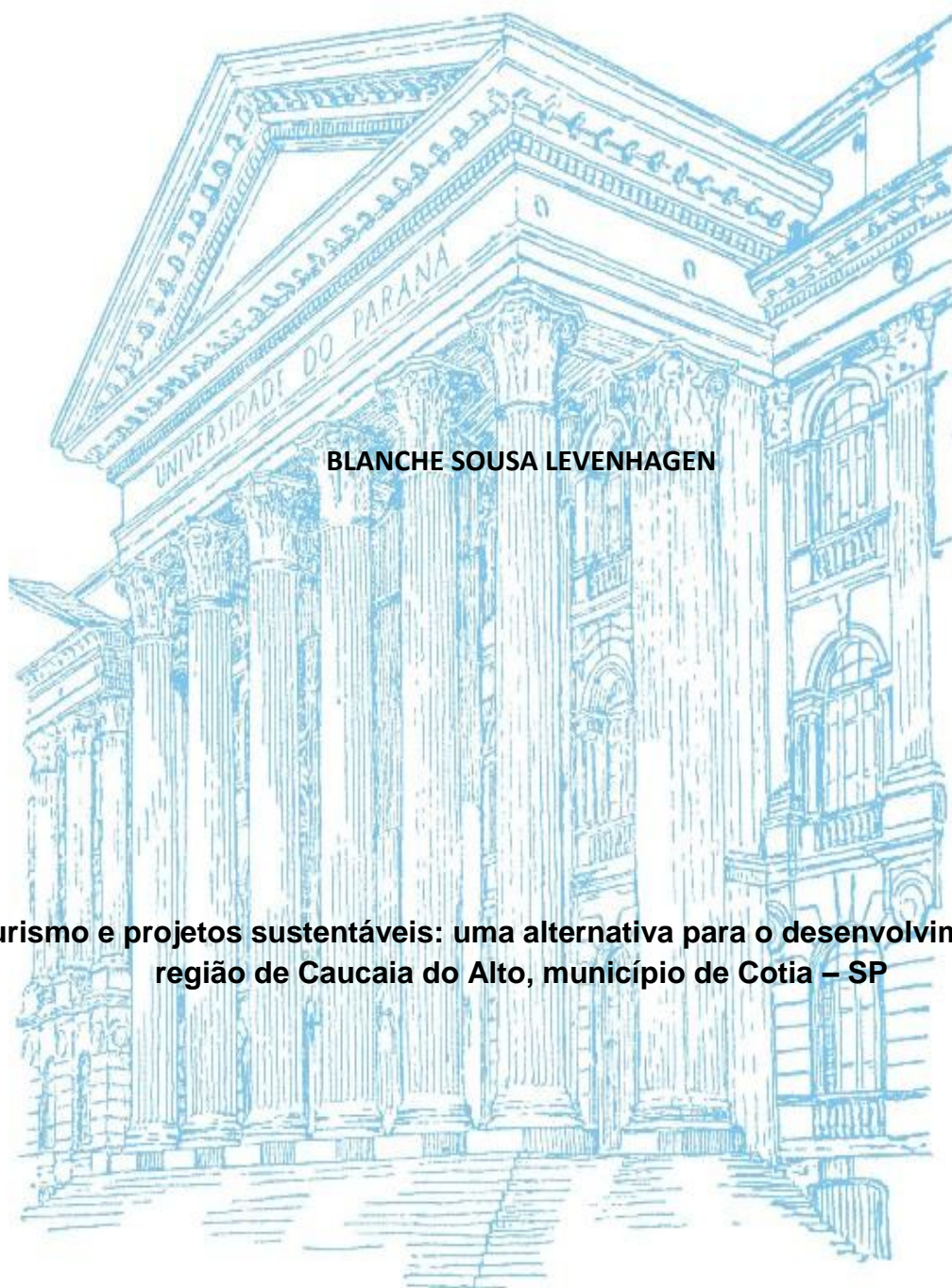


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ



BLANCHE SOUSA LEVENHAGEN

Turismo e projetos sustentáveis: uma alternativa para o desenvolvimento da região de Caucaia do Alto, município de Cotia – SP

CURITIBA

2012

BLANCHE SOUSA LEVENHAGEN

Turismo e projetos sustentáveis: uma alternativa para o desenvolvimento da região de Caucaia do Alto, município de Cotia – SP

Trabalho apresentado para obtenção do título de especialista em Projetos Sustentáveis e Mercado de Carbono no curso de Pós-Graduação em Projetos Sustentáveis, Mudanças Climáticas e Mercado de Carbono, Universidade Federal do Paraná.

Orientadoras: Prof. Dra. Ana Paula Dalla Corte e Prof. Ms. Kátia Pisciotta

**CURITIBA
2012**

RESUMO

Este trabalho aborda o cenário de conflito entre preservação ambiental e o desenvolvimento econômico de Caucaia do Alto – zona rural do município de Cotia – SP, demonstrando que a implantação de um projeto sustentável com foco na preservação de florestas e no desenvolvimento do turismo é uma solução exequível e pode ser viável para o desenvolvimento sustentável de Caucaia do Alto, bem como para a redução da mudança de uso do solo que hoje é uma ameaça à preservação das áreas rurais e remanescentes de Mata Atlântica do município.

A base bibliográfica foi a legislação municipal que norteia o zoneamento e uso e ocupação do solo, bem como o plano diretor do município. Também foram feitas entrevistas semi estruturadas com setores atuantes em Caucaia do Alto – Associação de moradores, proprietários rurais, representantes do poder público, entre outros. Com base na coleta de dados foi possível avaliar a aptidão da região de Caucaia do Alto para implantação de projetos sustentáveis com a adicionalidade do desenvolvimento do turismo.

ABSTRACT

This paper addresses the scenario of conflict between environmental preservation and economic development of the Caucaia do Alto - rural municipality of Cotia - SP and demonstrates that the implementation of sustainable design with a focus on forest preservation and development of tourism is a feasible solution and may be feasible for the sustainable development of the Caucaia do Alto as well as to reduce the turn of use of land that today is a threat to the preservation of rural areas and Atlantic Forest remnants of the city.

A bibliographic database was legislation that guides municipal zoning and land use and occupation, as well as the city manager plan. Were also made semi-structured interviews with active sectors in the Caucaia do Alto - Association of Residents, landowners, government representatives, among others. Based on the data collection was possible to evaluate the suitability of the Caucaia do Alto to implement sustainable projects with the additionality of tourism development.

PALAVRAS CHAVES: compensação ambiental, turismo sustentável, Mata Atlântica, Reserva Florestal do Morro Grande, projetos florestais

INTRODUÇÃO

O município de Cotia é um pólo de desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) que apresenta um grande potencial turístico devido à sua economia e ao uso e ocupação do solo bem variado. Porém, esta mesma característica regionaliza a sua população de forma econômica e cultural, enfraquecendo a capacidade de mobilização para o crescimento do município.

Com um espaço territorial de 323,104 km² e uma população de 201.150 habitantes (IBGE, 2010), a cidade de Cotia tem um histórico de urbanização bastante peculiar, subdividindo-se em quatro macrorregiões conforme suas características de uso do solo: pólo industrial, centro, Granja Viana e Caucaia do Alto.

O pólo industrial localiza-se ao longo da Rodovia Raposo Tavares e seus arredores, os produtos mais importantes são de materiais elétricos, químicos, cerâmicos, brinquedos, têxteis, explosivos, alimentos, vinho, aguardente e máquinas agrícolas (PREFEITURA DE COTIA, 2012).

No Centro de Cotia, conhecido como Centro Histórico, está concentrado o transbordo da população mais pobre, o comércio, o transporte coletivo e os serviços básicos (SAVIOLI, 2006).

A Granja Viana é representada por luxuosos condomínios de média e alta renda, que vem se estabelecendo nesta região desde 1981 (PREFEITURA DE COTIA, 2012).

Caucaia do Alto, distrito de Cotia, vive hoje uma realidade dispare das outras regiões. É a região mais preservada de Cotia, onde os remanescentes do cinturão verde de São Paulo estão concentrados, cercado de montanhas, nas cumieiras da Serra de Paranapiacaba. Boa parte da região é protegida pela Lei dos Mananciais (Lei Estadual 9866/97). A economia é basicamente agrícola tendo destaque as culturas de batata, tomate, milho, feijão, alho e frutas diversas (PREFEITURA DE COTIA, 2012).

Em Caucaia também está localizada a Reserva Florestal do Morro Grande (RFMG). A Reserva contém o Sistema Produtor do Alto-Cotia, gerenciado pela SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), composto essencialmente por duas barragens (Pedro Beicht e Cachoeira da Graça), estação

de tratamento e laboratórios de controle. Este sistema fornece água para cerca de 400-500 mil habitantes da Grande São Paulo (METZGER *et al.*, 2006).

A Reserva Florestal do Morro Grande foi criada através da Lei Estadual nº 1.949 de 04 de Abril de 1979, com a destinação específica de preservação da flora e da fauna e proteção aos mananciais. No entanto, a proteção das florestas situadas nas cabeceiras do rio Cotia remonta ao início do século XX, quando os problemas de seca no planalto paulista nos anos 1910 e a poluição do rio Tietê, levaram à decisão de se utilizar as águas da bacia do Rio Cotia para abastecimento da população da cidade de São Paulo (SABESP, 1997). Aliada à construção da Barragem “Cachoeira da Graça” (1914-1917) e posteriormente, a montante, da barragem “Pedro Beicht” (1927-1933), houve a desapropriação de antigas fazendas situadas na bacia de captação. A interrupção das atividades agropastoris permitiu a regeneração de antigas áreas de pastagem e cultivo. Dessa forma, a Reserva é atualmente composta por um mosaico de florestas secundárias em diferentes estágios de sucessão, algumas com aproximadamente 70-80 anos de regeneração, e outras mais antigas e bem estruturadas, provavelmente por não terem sido submetidas ao corte raso na época que ainda existiam fazendas no seu interior (SABESP, 1997).

A cobertura florestal predominante do Morro Grande é a Floresta Ombrófila Densa Montana (VELOSO; RANGEL-FILHO; LIMA, 1991), com contribuições da Floresta Estacional Semidecidual e das florestas mistas com Araucária, todas pertencentes ao Domínio da Mata Atlântica (METZGER *et al.*, 2006).

Além da proteção por Lei Estadual, em 1979, dois anos mais tarde, em 1981, foi assinada a Resolução nº 2 de tombamento da RFMG pela Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo. A partir desta data, a RFMG não poderia ser mais alterada sem prévia autorização do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo). Em 1994, a RFMG foi também inserida como área núcleo na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, recebendo assim o reconhecimento internacional da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) pelos significativos serviços ambientais que ela propicia à cidade de São Paulo (VICTOR *et al.*, 1998). Ressalta-se, no entanto, que as Reservas Florestais são consideradas hoje como uma categoria de manejo provisória – pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação - que têm por

objetivo a proteção dos recursos naturais para uso futuro e o impedimento de atividades de desenvolvimento até que se defina em qual das categorias existentes a área deve ser enquadrada (METZGER *at al.*, 2006).

O cenário rural e natural de Caucaia incentiva formas diferentes para seu desenvolvimento. Atualmente duas estão em evidência: turismo e exploração imobiliária.

Aos poucos, por iniciativas pontuais tanto do setor privado como público, o potencial turístico vem sendo aproveitado. Porém, a velocidade de desenvolvimento do turismo é ínfima quando comparada com a da exploração imobiliária, que é a atual estratégia de desenvolvimento para a região de Caucaia do Alto.

Conforme o atual Plano Diretor, em vigor desde 2007 através da Lei Complementar 072, as diretrizes de uso do solo protegem o entorno direto da Reserva e a zona rural de Caucaia do Alto. Porém, as pressões da exploração imobiliária ainda são uma forte ameaça em Caucaia do Alto e no entorno direto da RFMG.

Nota-se assim que, apesar da existência do Plano Diretor, há falhas no planejamento do desenvolvimento da região de Caucaia. A exploração imobiliária, da forma como está sendo conduzida, é uma ameaça ao principal atrativo do próprio setor imobiliário, principalmente quando considerado que o público alvo é o comprador que tem origem na cidade de São Paulo ou em outros centros urbanos, que busca melhor qualidade de vida (segurança, sossego, etc) e um maior contato com a natureza.

Da mesma forma que a exploração imobiliária sem planejamento é uma ameaça ao cenário rural e à preservação ambiental de Caucaia do Alto e da Reserva Florestal do Morro Grande, a implantação do turismo de forma desregrada e desconecta de um projeto que integre e comprometa o poder público e o setor privado pode trazer impactos negativos e, no futuro, se tornar uma ameaça à própria preservação do cenário rural e natural.

Neste contexto, vê-se claramente que a região de Caucaia vem crescendo por força da expansão da região metropolitana de São Paulo e que, tanto o setor imobiliário – com muita força, quanto o setor de turismo – desenvolvido através de ações pontuais, não fazem parte de um projeto que estabeleça ações ordenadas e planejadas que evitaria a perda do principal atrativo da região, o cenário natural e rural.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é avaliar a aptidão da região de Caucaia do Alto para a implantação de um projeto que reduza o desmatamento, incentive o reflorestamento e que tenha como adicionalidade o desenvolvimento do turismo, propondo assim uma linha para o desenvolvimento econômico sustentável para Caucaia do Alto e por conseqüência para o município de Cotia.

PROJETOS SUSTENTÁVEIS E GASES DO EFEITO ESTUFA

Os mercados de carbono, voluntário e regulado, possuem enquadramentos para projetos que envolvam atividades de redução de desmatamento e reflorestamento.

O Mercado de Carbono surgiu a partir da criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (UNFCCC) durante a ECO-92, no Rio de Janeiro (IPAM,2012). A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima é um tratado internacional que foi resultado da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), informalmente conhecida como a Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Este tratado foi firmado por quase todos os países do mundo e tem como objetivo a estabilização da concentração de gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera em níveis tais que evitem a interferência perigosa com o sistema climático (CONVENÇÃO-QUADRO, 2012).

Em 1997, durante uma de suas mais importantes reuniões da Convenção-Quadro, em Quioto- Japão, foi decidido que os países signatários deveriam assumir compromissos mais rígidos para a redução das emissões de gases que agravam o efeito estufa, ficando conhecido como Protocolo de Quioto (IPAM,2012).

O objetivo central do Protocolo de Quioto é que os países limitem ou reduzam suas emissões de gases de efeito estufa. Por isso, a redução das emissões passou a ter valor econômico. Por convenção, uma tonelada de dióxido de carbono (CO₂) corresponde a um crédito de carbono. Este crédito pode ser negociado no mercado internacional. Para ajudar os países a alcançarem suas metas de emissões e para encorajar o setor privado e os países em desenvolvimento a contribuir nos esforços de redução das emissões, os negociadores do Protocolo criaram alguns mecanismos de mercado de carbono (IPAM,2012).

Existem dois mercados de carbono: o mercado regulado, muito burocrático e oneroso, onde o padrão de projeto é o MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) e o mercado voluntário.

O mercado voluntário de créditos de carbono vem crescendo em paralelo com os mercados regulados, acompanhando a crescente preocupação da população mundial com as questões climáticas (SANQUETTA, 2011).

Dentre os mercados voluntários, os principais são:

- VCS – Voluntary Carbon Standard, atualmente chamado de Verified Carbon Standard
- CCB - Climate, Community & Biodiversity Standard

O Programa VCS – Verified Carbon Standard é o sistema de garantia de qualidade mais utilizado para a contabilização das reduções nas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em projetos voluntários.

Os Padrões Clima, Comunidade & Biodiversidade (CCB) foram criados para fomentar o desenvolvimento e a comercialização de projetos que forneçam benefícios significativos e confiáveis para o clima, para as comunidades e para a biodiversidade de maneira integrada e sustentável (CLIMA, 2008).

Os projetos que cumprem com os Padrões CCB adotam boas práticas a fim de gerar reduções confiáveis e robustas de emissões de gases de efeito estufa, ao mesmo tempo em que geram também benefícios líquidos para as comunidades locais e para a biodiversidade (CLIMA, 2008).

O REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) surgiu em 2003 na Convenção Quadro das Nações Unidas (UNFCCC). Mais tarde, em 2005, um grupo de países – dentre os quais Costa Rica e Papua Nova Guiné – propuseram a criação de um mecanismo de mitigação baseado na Redução de Emissões por Desmatamento (Red). Com o amadurecimento dos debates, surgiu à necessidade de incluir a degradação florestal e, posteriormente, abranger países que detêm estoques florestais e não apenas os que possuem florestas sob determinado grau de ameaça. Com isso a sigla evoluiu para Redd (CORTE *et al.*, 2012).

Na COP-13 o conceito inicial foi ampliado mais uma vez, e passou a ser conhecido como Redd+, ou seja, além das reduções por desmatamento e degradação, ele passou a abranger a tarefa da conservação florestal, do manejo

sustentável e do aumento dos estoques de carbono. No texto final, ficaram citadas as seguintes atividades:

- (a) Redução de emissões do desmatamento;
- (b) Redução de emissões da degradação florestal;
- (c) Conservação dos estoques de carbono florestal;
- (d) Manejo sustentável de florestas;
- (e) Aumento dos estoques de carbono florestal (CORTE, 2010).

Conforme Angelsen (2008), a Redução das Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) tem como ideia central premiar indivíduos, comunidades, projetos e países que consigam reduzir os GEE provenientes da degradação e desmatamento oriundos das florestas. Esse autor complementa que o REDD+ tem o potencial para produzir grandes cortes nas emissões de GEE a baixo custo e no curto prazo e, ao mesmo tempo, contribuir para a redução da pobreza, promovendo o desenvolvimento sustentável.

O Brasil, com o lançamento do Plano Nacional sobre Mudança do Clima - Lei 12.187/2009 que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima, colocou-se em uma posição de vanguarda e de elegibilidade em relação ao futuro mecanismo de REDD. Ademais, os estados da Amazônia Legal lançaram também seus próprios planos para controlar o desmatamento e alguns deles (Pará, Mato Grosso, Acre e Amazonas) estabeleceram metas quantitativas de redução de desmatamento e planos estaduais para REDD (REDD 2011) O Estado de São Paulo, através da Lei nº 13.798, de 9 de Novembro de 2009 também instituiu a Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC.

Para REDD e REDD+, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) elaborará uma norma específica (ABNT, 2011). Porém, esta associação já possui uma norma que trata do mercado voluntário de carbono - ABNT NBR 15948 de 16/06/2011. Além disso, está tramitando na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n.º 5.586-A, de 2009 que institui a Redução Certificada de Emissões do Desmatamento e da Degradação (RCEDD).

Mesmo com a regulamentação do mercado voluntário de carbono em andamento, existem projetos REDD+ no Brasil que já possuem seus créditos negociáveis através dos mercados voluntários VCS e CBB.

Grandes empresas também possuem linhas de financiamento para desenvolvimento de projetos florestais que não possuem dimensões que possam se

enquadrar em projetos REDD+. Uma destas empresas é a NATURA, que através do programa Natura Carbono Neutro apoia projetos de redução ou remoção de carbono para neutralizar as emissões que a própria NATURA produz e que não pode evitar.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizado um levantamento de informações bibliográficas e de campo. As informações bibliográficas tiveram foco na legislação de Cotia referente ao planejamento estratégico da cidade e ao uso do solo. O documento mais relevante deste levantamento foi o Plano Diretor de Cotia instituído pela Lei Complementar Municipal Nº 72, de 02 de Janeiro de 2007, que traz o zoneamento da cidade e as diretrizes de uso do solo.

Também foram pesquisadas alternativas de ferramentas para o fomento e implantação do turismo sustentável que melhor atendessem as expectativas e necessidades do distrito de Caucaia do Alto, bem como o estado da arte daquelas que foram selecionadas.

Para a coleta de dados de campo, a metodologia utilizada foi a entrevista semi-estruturada. Para Triviños (1987) a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987).

Para Manzini (1990/1991), a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Um ponto semelhante, para ambos os autores, se refere à necessidade de perguntas básicas e principais para atingir o objetivo da pesquisa. Dessa forma,

Manzini (2003) salienta que é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O roteiro serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante.

O objetivo das entrevistas foi conhecer a percepção de cada setor quanto à problemática e os rumos que têm tomado o crescimento do distrito de Caucaia do Alto, bem como as propostas de cada setor para incrementar ou alterar esses rumos.

Sendo assim, buscou-se entrevistar lideranças de cada setor: prefeitura, SABESP, produtores rurais, associação de moradores, indústria e comércio.

Os assuntos abordados para todos os entrevistados, referentes à Caucaia do Alto, foram: impactos positivos e negativos da expansão imobiliária, o que se entende por desenvolvimento sustentável, o papel de cada setor no desenvolvimento sustentável e se Caucaia do Alto se enquadra na condição de estância turística e como isso poderia ser viabilizado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram feitas dez entrevistas: Uma com representante do poder público municipal, três com representantes de associações de moradores, três com proprietários rurais, três com representantes da indústria e do comércio. Por problemas de falta de agenda não foi possível realizar a entrevista com um representante da SABESP.

A compilação dos dados coletados nas entrevistas revelou que todos os setores e instituições têm posicionamentos semelhantes quanto aos rumos do desenvolvimento de Caucaia do Alto.

Os pontos de consenso entre os entrevistados foram:

- O grande atrativo do município de Caucaia do Alto é a existência dos remanescentes de Mata Atlântica somada à proximidade da cidade de São Paulo;
- Existe a regionalização e a dificuldade de integração entre as macrorregiões de Cotia;

- Os atuais rumos de crescimento – exploração imobiliária de Caucaia do Alto – não atende a prerrogativa do desenvolvimento sustentável e é uma forte pressão à preservação das áreas rurais e remanescentes de Mata Atlântica;
- Há grande diversidade de atrativos turísticos na cidade de Cotia e em seu distrito de Caucaia do Alto (gastronômico, rural, aventura, religioso, cultural, ecológico), possibilitando a criação de roteiros pelo município como um todo, além da possibilidade de expansão para as cidades vizinhas;
- O turismo é uma alternativa de desenvolvimento sustentável para o município de Cotia, principalmente em seu distrito de Caucaia do Alto;
- As atuais ações pontuais de iniciativas públicas e privadas são importantes para o desenvolvimento do turismo, porém ínfimas quando comparadas com a exploração imobiliária em Caucaia do Alto;
- Para o desenvolvimento de uma economia baseada no turismo sustentável é necessária a existência de um projeto que integre e comprometa todos os setores;
- O turismo sustentável é a melhor alternativa para fomentar a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica, incluindo a Reserva Florestal do Morro Grande, visto que a sustentabilidade só existe se estiver ancorada no “tripé” econômico, social e ambiental.
- Um ponto que fragiliza a preservação ambiental da região de Caucaia do Alto é a forma de gestão da Reserva Florestal do Morro Grande. Apesar de gerida pela SABESP, a Reserva não possui até o momento um plano de manejo visto que ainda não foi enquadrada em uma das categorias de unidades de conservação previstas pelo SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. No plano de manejo estaria previsto a zona de amortecimento na Unidade de Conservação bem como Programas de Gestão que trariam informações técnicas e diretrizes gerenciais para a Reserva e seu entorno;
- A cidade de Cotia ainda não possui conselho consultivo e nem conselho de meio ambiente constituídos e atuantes, o que inviabiliza ações efetivas e planejadas para a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica e dos cenários rurais;
- Dentre as secretarias municipais, a mais atuante no sentido de desenvolver alternativas sustentáveis é a de Cultura e Turismo. Iniciativas como a Ecofeira

- onde os produtores rurais de Caucaia do Alto vendem seus produtos em uma feira mensal na região da Granja Viana, o curso de capacitação de monitores ambientais para o turismo rural e o Guia Turístico Oficial de Cotia tem o apoio e envolvimento desta secretaria e outras instituições como Sindicato dos Produtores Rurais de Cotia, SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) de Cotia. Porém, são ações pontuais não pertencentes a algum programa de governo específico voltado ao desenvolvimento sustentável.

O resultado das entrevistas e a análise do Plano Diretor de Cotia evidenciam que existe um conflito entre preservação ambiental, social e cultural da região de Caucaia do Alto e os rumos da exploração imobiliária nesta região devido à falta de planejamento nas ações para com o desenvolvimento da região.

Se por um lado a exploração imobiliária traz um adensamento populacional e consequente aumento de arrecadação e desenvolvimento, por outro destrói gradativamente o principal atrativo da região e principalmente ameaça a preservação da Reserva do Morro Grande - importante remanescente de Mata Atlântica.

Considerando o rápido avanço da exploração imobiliária, faz-se necessária uma proposta de desenvolvimento da região que agregue o compromisso e o apoio de todos os setores públicos e privados, com baixo custo de implantação e que tenha retorno em curto e médio prazo.

A proposta para o Caucaia do Alto é a implantação do turismo sustentável na região. Para tanto, é necessário firmar o compromisso de manter a Reserva do Morro Grande e seu entorno direto com áreas florestadas e incentivar as áreas rurais a manterem suas florestas e melhorarem o manejo de suas culturas para reduzirem as emissões de GEE. Como adicionalidade sócio ambiental pode ser implantado um programa de desenvolvimento de turismo sustentável capacitando e fomentando esta linha de desenvolvimento junto à comunidade de Caucaia do Alto.

Segundo Machado (2005), o conceito de turismo sustentável inclui estratégias, atividades e práticas de negócio ambientalmente responsáveis, ou seja, devem caminhar juntos a sustentabilidade, a cultura, a conservação da natureza e o desenvolvimento.

Através do turismo sustentável é possível apresentar uma nova possibilidade de renda ao proprietário rural, que pode utilizar-se de sua propriedade como atrativo

para o turismo rural, resultando em uma atividade mais rentável que o simples parcelamento do solo.

Além do turismo rural, há grande potencial de desenvolvimento de turismo ecológico (utilizando-se para isso a própria RFMG), de aventura, gastronômico e religioso.

Do ponto de vista social, a proposta implica em novas oportunidades de emprego e renda, seja diretamente na cadeia do turismo ou em atividades que sofrerão impactos positivos com a nova atividade (comércio e serviços).

O fomento ao turismo sustentável pode ainda alterar o “*status*” do município, transformando-o em uma Estância Turística, o que acarreta em um aumento substancial de recursos advindos do Governo Federal, com grandes benefícios ao poder municipal.

O pioneirismo dessa proposta, bem como a sua singular abrangência pode torná-la um laboratório para linhas de desenvolvimento semelhantes em outros municípios com igual vocação turística e que atualmente vem sofrendo com a exploração imobiliária.

CONCLUSÃO

A implantação do turismo sustentável com base na redução das emissões de GEE, através do REDD+ ou como parte de projetos florestais de grandes empresas como a NATURA pode ser uma alternativa para equilibrar o desenvolvimento de Caucaia do Alto com a preservação ambiental.

Também pode trazer benefícios concretos a toda a população e retorno financeiro para o município de Cotia. Além da visibilidade política devido aos ganhos socioambientais, também há a iniciativa da região em compactuar junto com o Estado e a Federação o compromisso voluntário que o Brasil assumiu na COP 15 em Copenhagen de reduções de emissões de 36,1% a 38,9% dos Gases de Efeito Estufa (GEE) em comparação com o cenário atual até 2020.

Para definir o formato da proposta de redução de GEE (REDD+ ou projetos florestais) e o desenvolvimento do turismo sustentável, o primeiro passo é a elaboração de um estudo de viabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15948:2011 – **Mercado voluntário de carbono – Princípios, requisitos e orientações para comercialização de reduções de emissões**, Rio de Janeiro – RJ ,2011.

ANGELSEN, A. **Moving Ahead with REDD – Issues, Options and Implications**. Indonesia: CIFOR,2008. 156 p.

CLIMA, Comunidade & Biodiversidade. **Padrões para Concepção de Projetos**. 2. ed. – Versão em Português. CCBA, Arlington, VA. Dezembro, 2008. Disponível em: <<http://www.climatestandards.org>> Acesso em: 28 ago. 2012.

CONVENÇÃO-QUADRO das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Convenção_Quadro_das_Nações_Unidas_sobre_a_Mudança_Climática> Acesso em: 01 set. 2012.

CORTE, A. P. D , SANQUETTA, C.R., KIRCHNER ,F.F., ROSOT , N.C. Os Projetos de reduções de emissões do desmatamento e da degradação florestal (REDD). **Revista Floresta**, Curitiba, PR, v. 42, n. 1, p. 177 - 188, jan./mar. 2012. Disponível em: < <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/floresta/article/viewArticle/26316>> Acesso em: 10 jun. 2012

CORTE,A.P.D., **Metodologia para detecção de mudanças de projetos de redução de emissões do desmatamento e da degradação florestal (REDD)**, 2010.146 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

PREFEITURA DE COTIA. **História de Cotia**. Disponível em: <<http://www.encontracotia.com.br/cotia/historia-de-cotia.shtml>> Acesso em: 01 jun. 2012.

IPAM. **O que é e como funciona o Mercado de Carbono?**. Disponível em: <<http://www.ipam.org.br/saiba-mais/O-que-e-e-como-funciona-o-Mercado-de-Carbono-4>> Acesso em: 01 set. 2012.

MACHADO, A. **Ecoturismo: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2005. 232 p.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina:eduel, 2003. p.11-25.

METZGER, J.P. et al. **Uma área de relevante interesse biológico, porém pouco conhecida: a Reserva Florestal do Morro Grande**. Biota Neotrop. May/Aug 2006 vol. 6 no. 2, Disponível em: <<http://www.biotaneotropica.org.br/v6n2/pt/abstract?article+bn00206022006>. ISSN 1676-0603> Acesso em: 02 jun. 2012

PROJETO de Redução de Emissões de GEE Provenientes do Desmatamento na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma Amazonas, Brasil , versão 5.1 ,2009. **Documento de Concepção de Projeto para validação em Climate, Community & Biodiversity Alliance (CCBA)**, 2009 197 p.

REDD no Brasil: um enfoque amazônico: fundamentos, critérios e estruturas institucionais para um regime nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal – REDD. – Ed. rev. e atual.– Brasília, DF : **Centro de Gestão e Estudos Estratégicos**, 2011.

SABESP. 1997. **Reabilitação Ambiental do Sistema Produtor Baixo Cotia** (coord.: Brega Filho., D, Salati, E. & Santos, R. F.). Programa de Conservação do Sistema Cotia. Relatório Técnico e mapas temáticos. Volumes I e II. Sabesp, São Paulo.

SANQUETTA, C.R. **Projetos de crédito de carbono no mercado voluntário**. Paraná, Universidade Federal do Paraná, 2011 33p

SAVIOLI, M. L. **A cidade e a estrada – Transformações urbanas do município de Cotia ao longo da rodovia Raposo Tavares**. 2006. 208p. Tese (Mestrado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VELOSO, P.H., RANGEL-FILHO, A.L.R. & LIMA, J.C.A. 1991. **Classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema universal**. IBGE, Rio de Janeiro.

VICTOR, M.A.M. *et al.* 1998. **A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo**. Workshop: Plano de Gestão para a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo. Instituto Florestal, São Paulo.